

# Boletim Informativo

## NPSC2

## NPSC2 encerra Semana da Conciliação da Saúde com mais de 80% de acordos, leva alívio a pacientes e desafoga a Justiça



A solenidade de abertura da semana especial foi conduzida pela desembargadora federal Carmen Silvia Lima de Arruda, coordenadora do Cejusc-Saúde- Foto: André Camodego

Durante a Semana de Conciliação da Saúde, realizada entre os dias 20 e 24 de outubro, foram realizadas 61 audiências, com 51 casos resolvidos, atingindo índice superior a 83% de acordos. Coordenado pelo Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos da 2ª Região (NPSC2) e pelo Centro Judiciário de Solução de Conflitos de Saúde (Cejusc-Saúde), o mutirão foi realizado no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da Seção Judiciária do Rio de Janeiro (Cejusc-Rio) e contou com a co-

laboração da Prefeitura do Rio de Janeiro e dos governos estadual e federal. As audiências foram conduzidas de forma presencial e on-line, envolvendo processos que tratavam principalmente sobre fornecimento de medicamentos, equipamentos médicos, serviços e tratamentos. A solenidade de abertura, realizada na terça-feira (21/10), reforçou o compromisso institucional com o uso da conciliação como instrumento para promover soluções céleres e reduzir a judicialização excessiva na área da saúde. Em sua

fala, a desembargadora federal Carmen Silvia Lima de Arruda, coordenadora do Cejusc-Saúde, agradeceu o empenho de todos os envolvidos na organização e destacou a importância social da iniciativa. “Precisamos lembrar que a saúde é um tema urgente e isso nos motiva a investir na conciliação como uma via eficaz para a celeridade na solução das demandas”, acrescentou. Representando a Presidência da Corte, a juíza federal Marcella Araújo da Nova Brandão ressaltou a relevância do diálogo institucional e da

cooperação entre os entes federativos para assegurar atendimento eficiente às demandas da população. Já o corregedor-regional, desembargador federal Firly Nascimento Filho desejou êxito às negociações e destacou os desafios e a sensibilidade que envolvem o tema: “Eu sei dos desafios da busca pela conciliação nesse tema tão sensível. Então, desejo que consigam muitas conciliações, com a cooperação dos entes públicos, que estão presentes pelos seus representantes”, afirmou. A solenidade contou ainda com a presença do juiz federal Ronald Kruger Rodor, vice-diretor do Foro da Seção Judiciária do Espírito Santo; do juiz federal Eduardo André de Brito Fernandes, auxiliar da Presidência do TRF2; do juiz federal Ian Legay Vermelho, coordenador do Cejus-c-Rio; da juíza federal Fernanda Ri-

beiro Pinto, coordenadora adjunta do Cejusc-Saúde; da juíza federal Karina de Oliveira Silva e Santiago, convocada em auxílio ao NPSC2; além de representantes da Defensoria Pública da União, da Advocacia-Geral da União, do Governo do Estado do Rio de Janeiro, da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Rio de Janeiro e de servidoras e servidores da Justiça Federal.

### **Acordo traz tranquilidade a paciente que sofre de apneia do sono**

Ao longo da semana, histórias como a da aposentada Marilda de Jesus Lima, de 70 anos, evidenciaram o impacto positivo da conciliação na vida dos cidadãos. Diagnosticada com apneia do sono e já tendo enfrentado um acidente vascular cerebral, ela dependia do

uso contínuo do aparelho CPAP para tratamento. Até então, vinha arcando sozinha com o custo da locação e dos acessórios, uma despesa mensal que podia chegar a R\$ 600. Com a conciliação, Marilda garantiu o fornecimento definitivo do equipamento. “Hoje, eu saio daqui muito feliz porque agora vou ter meu próprio aparelho, sem precisar pagar aluguel e todos os acessórios. Isso representa uma tranquilidade enorme para mim”, celebrou.

A Semana da Conciliação da Saúde atende à Recomendação nº 100/2021 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que busca incentivar a solução consensual de demandas envolvendo o direito à saúde, contribuindo para a pacificação social, a redução da judicialização e o atendimento mais célere e econômico das demandas.



Evento de abertura contou com presença de magistrados, procuradores, defensores públicos, advogados, servidoras e servidores da Justiça Federal e partes conciliantes - Foto: André Camodego



A Semana de Conciliação da Saúde tratou de processos com pedidos de fornecimento de medicamentos, serviços, tratamentos e equipamentos médicos. - Foto: Fernando dos Santos





Servidores do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Soluções de Conflitos da 2ª Região (NPSC2) atuaram durante toda a semana no mutirão da saúde- Foto: André Camodego



A Semana de Conciliação da Saúde alcançou índice superior a 83% de acordos- Foto: Fernando dos Santos



## Comissão de Soluções Fundiárias do TRF2 obtém acordo histórico que garante a permanência de mais de 600 famílias na Comunidade do Horto



Acordo permitirá que mais de 600 famílias continuem em suas casas na Comunidade do Horto - Foto: André Camodego

Após mediação realizada pela Comissão de Soluções Fundiárias do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2), foi assinado, na segunda-feira (13/10), acordo que deu fim ao conflito fundiário de mais de 40 anos e garantiu a permanência de 621 famílias nas casas da comunidade do Horto, na Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro. A solenidade foi realizada no auditório da Escola Nacional de Botânica Tropical, vinculada ao Jardim Botânico, e contou com a participação de diversas autoridades e de moradores. Os imóveis estão localizados na área do Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro (JBRJ) e foram objeto de diversas ações de reintegração de posse movidas pela União desde a década de 1980, que agora serão extintas.

Participaram da cerimônia o presidente do TRF2, desembargador Luiz Paulo da Silva Araújo Filho, o presidente da Comissão de Soluções Fundiárias do TRF2, desem-

bargador federal Flavio Oliveira Lucas e o relator do incidente, juiz federal Cesar Manuel Granda Pereira. Compuseram mesa de honra o vice-presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e corregedor-geral da Justiça Federal, ministro Luis Felipe Salomão, o secretário-geral da Presidência da República, ministro Marcio Costa Macêdo, o prefeito do Rio de Janeiro Eduardo Paes, o presidente substituto do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) Deyvesson Israel Alves Gusmão, o presidente do JBRJ Sergio Besserman Vianna, a procuradora-geral federal (Advocacia Geral da União - AGU) Adriana Maia Venturini, o presidente da Associação de Moradores do Horto (Amahor), Fábio Dutra Costa, o defensor público regional de direitos humanos da Defensoria Pública da União no Rio De Janeiro Thales Arcoverde Treiger, o procurador da República Júlio José Araújo Junior, e o procurador-regional da União da 2ª Re-

gião Glaucio de Lima e Castro.

### Visita técnica e reuniões

A comunidade do Horto começou a se formar no final do século 19, quando o JBRJ passou a permitir a moradia de funcionários em casas construídas no interior do parque que, na época, era de difícil acesso para os trabalhadores. A área dessa ocupação, depois questionada em ações de desapropriação e reintegração de posse, foi admitida como incidente pela Comissão de Soluções Fundiárias do TRF2, nos termos da Resolução nº 510/2023, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em sessões realizadas nos meses de julho e agosto de 2023. A partir daí, a Comissão realizou visita técnica e reuniões com a comunidade e os entes públicos envolvidos, buscando intermediar uma solução consensual para o caso. Além disso, a Secretaria-Geral da Presidência da República instituiu um grupo de trabalho com o

mesmo propósito.

Fruto dessas diligências, o acordo assinado nesta segunda-feira foi firmado entre o JBRJ, a Amahor, a União, por meio da Secretaria-Geral da Presidência da República, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), o município do Rio de Janeiro, o Ministério Público Federal e a Defensoria Pública da União. O presidente Luiz Paulo da Silva Araújo Filho também subscreveu o documento, assim como o ministro Luis Felipe Salomão, o presidente da CSF desembargador federal Flavio Oliveira Lucas, a procuradora-geral federal Adriana Maia Venturini e o procurador-regional da União Glaucio de Lima e Castro.

Nos termos do documento, o JBRJ deverá elaborar um plano de trabalho para celebração dos acordos individuais que assegurem a outorga das áreas onde estão as unidades habitacionais situadas no seu perímetro. Já o município do Rio de Janeiro deverá fornecer os serviços públicos de sua competência na localidade. Por seu turno, os moradores se comprometem com as cláusulas de inalienabilidade, de impossibilidade de cessão gratuita ou onerosa do direito, e a vedação do uso do imóvel para fins comerciais, ressalvados aqueles que sejam de prestação de serviços e não o descaracterizem.

Além disso, não será permitida a expansão territorial horizontal ou vertical, salvo as expansões horizontais no próprio terreno e as reformas que atendam ao núcleo familiar, desde que previamente aprovadas pela Comissão de Acompanhamento Permanente do acordo. Além disso, o JBRJ e a comunidade deverão cumprir regras de convivência que incluem, da parte dos moradores, cooperar com as iniciativas de conservação e educação ambiental, e contribuir para que as áreas

comuns se mantenham limpas e preservadas, promovendo boas práticas ambientais.

### **História da comunidade se confunde com a história do Rio de Janeiro**

Para o presidente do TRF2, o resultado obtido no acordo intermediado pela CSF/TRF2 representa “uma vitória construída passo a passo, que passa para a sociedade uma mensagem de justiça realizada pela via do diálogo, do consenso”. O desembargador Luiz Paulo da Silva Araújo Filho afirmou que essa vitória resulta do empenho constante e incansável iniciado com a gestão do desembargador federal Ricardo Perlingeiro, primeiro coordenador do colegiado, e continuado com a mesma qualidade e dedicação pelo desembargador federal Flavio Oliveira Lucas, atual coordenador. O presidente da Corte encerrou sua fala afirmando que o resultado positivo das negociações representa “motivo de muita alegria porque, por meio do acordo firmado, estabelecem-se parâmetros e compromissos importantes para a preservação do patrimônio ambiental, belíssimo, da Cidade Maravilhosa”. O ministro Luis Felipe Salomão endossou as palavras do presidente do TRF2, acrescentando que a conciliação alcançada tem também um valor simbólico que deve ser destacado, por expressar uma con-

quista obtida através da conjugação de esforços dos poderes Judiciário, Legislativo e Executivo, nos níveis federal, estadual e municipal. O vice-presidente do STJ e corregedor-geral da Justiça Federal concluiu ressaltando que “a história da comunidade do horto se confunde com a história do Rio de Janeiro e se confunde, também, com a história do povo brasileiro, que é uma história de luta por direitos e por justiça, a história da persistência que caracteriza nosso povo”.

Também participaram do ato, dentre outras autoridades, o corregedor-regional da Justiça Federal da 2ª Região, desembargador federal Firly Nascimento Filho, o coordenador da Comissão de Soluções Fundiárias da Corregedoria-Geral da Justiça Federal (CSF/CJF), desembargador federal Ricardo Perlingeiro, a desembargadora federal do TRF2 Cláudia Franco Corrêa, o diretor da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, juiz federal Renato César Pessanha de Souza, o juiz federal auxiliar da Presidência do TRF2 Eduardo André Brandão de Brito Fernandes, a presidente da Associação dos Juizes Federais do Rio de Janeiro e Espírito Santo (Ajuferjes), juíza federal Marcella Maria Carvalho Siqueira, o vice-prefeito do Rio de Janeiro Eduardo Cavaliere Gonçalves Pinto, e a secretária municipal de Meio Ambiente e Clima do Rio de Janeiro Tainá de Paula.



Solenidade reuniu diversas autoridades no auditório da Escola Nacional de Botânica Tropical, no Jardim Botânico - Foto: André Camodego



## Comissão de Soluções Fundiárias admite incidente envolvendo ocupações no Campo de Camboatá, em Ricardo de Albuquerque/RJ



Sessão presencial da Comissão de Soluções Fundiárias no Plenário da sede do TRF2, no Rio de Janeiro - Foto: Fernando dos Santos

A Comissão de Soluções Fundiárias do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (CSF-TRF2) decidiu, na quarta-feira (15/10), pela admissão de incidente que trata de ocupações instaladas no Campo de Camboatá, no bairro de Ricardo de Albuquerque, Zona Norte da capital carioca. Coordenada pelo presidente da Comissão, desembargador federal Flávio Oliveira Lucas, a sessão, realizada em formato híbrido no plenário do Tribunal, contou com 11 incidentes na pauta.

O incidente nº 5009554-02.2025.4.02.0000/RJ foi instaurado após requerimento do juízo da 21ª Vara Federal do Rio de Janeiro e está relacionado à reintegração de posse pedida pela União, que identificou imóveis irregulares ocupados por seis famílias em área sob responsabilidade do

Exército Brasileiro. Em seu voto, o relator, juiz federal César Manuel Granda Pereira, destacou que estão presentes os requisitos para a admissibilidade do incidente, entre eles a existência de conflito fundiário de natureza coletiva.

Também foi admitido o incidente nº 5012400-89.2025.4.02.0000/ES relativo a conflito envolvendo ocupantes de terrenos situados na faixa de domínio da Rodovia Governador Mário Covas (BR-101), no entroncamento com a Avenida Montes Claros, município de Serra (ES). A relatora, juíza federal Ana Carolina Vieira de Carvalho, ressaltou que o conflito envolve, de acordo com informações dos autos, pelo menos, quatro famílias que vivem em situação de extrema vulnerabilidade, o que torna cabível a atuação da Comissão.

Já em relação ao incidente nº

5002340-57.2025.4.02.0000/ES, referente à ocupação de parte da Fazenda Estrela do Norte, situada na zona rural de Conceição da Barra (ES), alvo de processo de regularização do território da comunidade quilombola Angelim I pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), a juíza federal Ana Carolina Vieira de Carvalho votou pela suspensão do incidente até o julgamento do mérito da ação rescisória que trata do caso. A decisão levou em conta que a liminar deferida na referida ação suspendeu os efeitos da sentença de reintegração de posse que originou o conflito fundiário. Durante a sessão, o colegiado também deliberou pela prorrogação da atuação por mais 90 dias em quatro incidentes, entre eles dois de relatoria do juiz federal André Luiz Martins da

Silva. O primeiro, nº 5009023-81.2023.4.02.0000/RJ, trata de conflito envolvendo imóveis localizados na Praia do Galeão e na Estrada dos Maracajás, na Ilha do Governador (RJ), alvos de ações de reintegração de posse em favor da Prefeitura da Aeronáutica do Galeão. O prazo adicional foi concedido para que a Comissão possa aprofundar o diálogo com órgãos federais na busca por uma solução conciliatória. O segundo, nº 5013678-96.2023.4.02.0000/RJ, envolve conflito relacionado a ocupantes de imóveis no Condomínio Recanto dos Pássaros, no bairro de Xerém, município de Duque de Caxias (RJ). A prorrogação foi aprovada para que a União e os réus da ação rescisória se manifestem sobre parecer do Ministério Público Federal (MPF) que sugere a extinção do incidente.

Em relação ao incidente nº 5008948-42.2023.4.02.0000/RJ, sobre moradias localizadas na faixa de domínio da Rodovia BR-040, no município de Petrópolis (RJ), a atuação da Comissão foi igualmente prorrogada, desta vez para o acompanhamento da finalização do procedimento licitatório que definirá a nova

concessionária responsável pelo trecho entre Rio de Janeiro (RJ) e Juiz de Fora (MG). Somente após essa etapa será possível dar continuidade às tratativas consensuais, conforme voto da relatora, juíza federal Ana Carolina Vieira de Carvalho. Por fim, também foi prorrogada a atuação da Comissão no incidente nº 5008651-98.2024.4.02.0000/RJ, referente à posse de imóvel ocupado por 12 famílias pertencentes à Aldeia Indígena Maracanã. Em seu voto, o relator, juiz federal César Manuel Granda Pereira, destacou que a prorrogação é fundamental para o encaminhamento das etapas seguintes à solução do conflito e para a articulação entre os órgãos envolvidos no litígio.

Dois incidentes foram inadmitidos pelo colegiado. O primeiro, nº 5009744-62.2025.4.02.0000/ES, trata de área denominada “Bloco 01-CB”, localizada em Conceição da Barra (ES), objeto de ação de reintegração de posse proposta pela empresa Fibria Celulose. Em seu voto, a juíza federal Ana Carolina Vieira de Carvalho observou que o local foi reconhecido como território da comunidade quilombola de Linharinho,

o que, diante da impossibilidade legal e constitucional de remoção de população quilombola de área reconhecida, inviabiliza a atuação da Comissão no caso.

O segundo incidente, nº 5011700-16.2025.4.02.0000/RJ, foi submetido à apreciação a partir de ofício da 7ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro, que conduz execução fiscal proposta pela União contra imóvel onde funcionam cooperativas de catadores de materiais recicláveis, no bairro de Maria da Graça (RJ). A relatora, juíza federal Andrea de Araujo Peixoto, votou pela inadmissibilidade do incidente, por não se tratar de conflito fundiário típico, mas sim de questão de natureza patrimonial, estando, portanto, fora dos parâmetros estabelecidos pela Resolução CNJ nº 510/2023.

Por fim, foram homologados os relatórios das visitas técnicas realizadas em 29 de agosto no Conjunto Habitacional Vila Teresa, (incidente nº 5013346-95.2024.4.02.0000/RJ), em Petrópolis (RJ); e em 15 de setembro na Ilha da Mombaça (incidente nº 5008097-32.2025.4.02.0000/RJ), em Campos dos Goytacazes (RJ).



Público acompanha sessão da Comissão de Soluções Fundiárias e votação a respeito dos incidentes que foram colocados em pauta - Foto: Fernando dos Santos



# I Encontro das Comissões de Soluções Fundiárias da Justiça Federal aprova 15 diretrizes nacionais durante evento em Brasília



Juizes federais André Luiz Martins da Silva, Andrea Daquer Barsotti, Mônica Lúcia do Nascimento Alcântara Botelho, Andrea de Araujo Peixoto; desembargadores federais Ricardo Perlingeiro e Flavio Oliveira Lucas e juiz federal José Eduardo Nobre Matta- Foto: CJF

O Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal (CEJ/CJF) realizou, em 29 de outubro, na sede do CJF, em Brasília, o I Encontro das Comissões Regionais de Soluções Fundiárias da Justiça Federal. A iniciativa teve como objetivo promover a articulação nacional entre as Comissões dos TRFs, fortalecer a gestão consensual de conflitos fundiários e uniformizar procedimentos.

Na abertura, o presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e do CJF, ministro Herman Benjamin, ressaltou que a conciliação em conflitos fundiários afirma a dignidade humana e a paz social, preservando o patrimônio para as futuras gerações. O vice-presidente do STJ/

CJF e diretor do CEJ, ministro Luis Felipe Salomão, destacou o papel indutor do Judiciário na construção de soluções, lembrando que a regularização fundiária “transforma vidas” ao levar cidadania, escola e saúde. O ministro Benedito Gonçalves, diretor-geral da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam), enfatizou que a jurisdição fundiária se apoia em três eixos: proteção de direitos, segurança jurídica e sensibilidade social.

A conferência de abertura, presidida pela procuradora-geral federal Adriana Maia Venturini, contou com exposições do ministro Afrânio Vilela (STJ) e do desembargador federal Ricardo Perlingeiro

(TRF2), com destaque para a conexão com a ADPF 878, do Supremo Tribunal Federal (STF), que gerou a necessidade de um olhar mais sensível para a questão da moradia, aspecto que permeia os conflitos fundiários, o tratamento da regularização como política pública e o papel das comissões na mediação institucional para reconstrução do interesse público.

Desembargadores federais do TRF2 conduziram duas oficinas temáticas. Na Oficina I – Fundamentos e Estrutura, coordenada pelos desembargadores federais Flávio Lucas (TRF2) e Manoel Oliveira Erhardt (TRF5), foram trabalhados os princípios administrativos que orientam a atuação consensual



em matéria fundiária, com aplicação prática em mediações e conciliações relativas a desapropriações, desocupações pacíficas e realocações, além da discussão de modelos e arranjos institucionais que viabilizam a atuação coordenada entre órgãos por meio de estruturas e fluxos administrativos claros. Já na Oficina III – Eixo Ambiental, o desembargador federal Ricardo Perlingeiro (TRF2) e a juíza federal Lívia Peres (CNJ) trataram dos conflitos fundiários ambientais sob a ótica da gestão consensual e da interseccionalidade institucional em áreas de relevante interesse ambiental, buscando compatibilizar regularização fundiária, recuperação de áreas degradadas e uso sustentável. Após os trabalhos desenvolvidos nas oficinas temáticas, foram compartilhados casos conduzidos pelas Comissões Regionais de Soluções Fundiárias, demonstrando a diversidade dos contextos fundiários brasileiros e os resultados obtidos

com métodos consensuais. A juíza federal Mônica Lúcia do Nascimento Alcantara Botelho, do TRF2, apresentou o caso “Quinta Lebrão” de grande dimensão social e territorial, em Teresópolis (RJ), que envolve 45 mil famílias de baixa renda. A partir do diálogo entre os entes públicos, avançou-se para uma solução consensual baseada na doação com encargo dos imóveis ao município, que fará a regularização fundiária e indenizará áreas com valor econômico. “As comissões têm permitido que o Judiciário construa soluções humanizadas e concretas para conflitos complexos, transformando processos em oportunidades de dignidade e cidadania”, afirmou a magistrada. As conclusões das oficinas foram apresentadas em plenária e resultaram na aprovação de 15 diretrizes nacionais, voltadas ao fortalecimento da atuação colaborativa das comissões e à promoção da gestão consensual de conflitos fundiários em todo o país. As propostas orientarão o aprimoramento da gestão

fundiária e reforçarão a integração entre as Comissões Regionais e o Grupo de Trabalho de Soluções Fundiárias do CJF.

### Sobre o evento

O I Encontro das Comissões Regionais de Soluções Fundiárias da Justiça Federal é uma realização do Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal (CEJ/CJF), com o apoio da Associação dos Juizes Federais do Brasil (AJUFE). A coordenação-geral esteve a cargo do ministro Luis Felipe Salomão, com coordenação científica dos desembargadores federais Manoel Oliveira Erhardt (TRF5), Ricardo Perlingeiro (TRF2) e Marcelo Vieira (TRF3). A coordenação executiva foi da juíza federal Vânia Cardoso André de Moraes e do juiz federal Otávio Henrique Martins Port, ambos auxiliares da Corregedoria-Geral da Justiça Federal.



Desembargadores federais Manoel Oliveira Erhardt (TRF5) e Flávio Oliveira Lucas (TRF2) conduziram oficina com o tema Fundamentos e estrutura das Comissões de Soluções Fundiárias- Foto: Raimundo Sampaio- Ascom/CJF



Juíza federal Livia Peres (CNJ) e desembargador federal Ricardo Perlingeiro (TRF2) participam de oficina sobre Eixo Ambiental  
Foto: Raimundo Sampaio- Ascom/CJF



Juíza federal Mônica Lúcia do Nascimento Alcântara Botelho apresenta o caso “Quinta Lebrão” durante I Encontro das Comissões de Soluções Fundiárias da Justiça Federal- Foto: Raimundo Sampaio- Ascom/CJF



## Comissão de Soluções Fundiárias se reúne com a comunidade da Ocupação Gilberto Domingos, no Centro do RJ



Presidente da Comissão de Soluções Fundiárias Flávio Oliveira Lucas e a juíza federal Mônica Lúcia do Nascimento Alcântara Botelho foram recebidos pelos moradores da ocupação- Foto: André Camodego

A Comissão de Soluções Fundiárias (CSF) do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2) se reuniu na quarta-feira, 15 de outubro, com a comunidade da “Ocupação Gilberto Domingos”, formada por 38 famílias que hoje moram em um prédio do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) cuja posse é objeto de uma ação de reintegração ajuizada pela autarquia, em novembro de 2023. Com o encontro, o colegiado dá sequência ao diálogo iniciado com a admissão do incidente de solução fundiária, em setembro

do ano passado. Organizada pelo Movimento Unido dos Camelôs (Muca), a ocupação se distribui por unidades habitacionais instaladas em dez dos treze andares do prédio localizado na Lapa, região central do Rio de Janeiro. Além do presidente da CSF, desembargador federal Flávio Lucas, e da relatora do incidente, juíza federal Mônica Botelho, participaram da reunião o defensor público regional de direitos humanos da Defensoria Pública da União no Rio de Janeiro, Thales Arcoverde Treiger, o procura-

dor da República Júlio José Araújo Junior, o procurador federal Leonardo Montanholi dos Santos – representando o INSS (AGU) – e, por videoconferência, a também procuradora federal da AGU Fabiana Silva da Rocha.

Na oportunidade, puderam ainda se manifestar a coordenadora-geral da Muca, Maria Lourdes do Carmo; a advogada popular Anna Cecília Faro Bonan, pela defesa dos moradores; a co-coordenadora do Núcleo de Assessoria jurídica Popular Luiza Mahin – projeto de extensão da Faculdade

Nacional de Direito/UFRJ, que igualmente presta assistência às famílias -; e o professor da Faculdade de Direito da PUC-Rio Adriano Pilatti.

A conversa foi iniciada com a exposição da juíza federal Mônica Botelho, relatora do incidente. Ela explicou que a comissão tem como objetivo mediar a negociação entre o poder público e o movimento, promovendo um ambiente de cooperação voltado à construção de uma solução pela via da conciliação, com protagonismo das partes envolvidas. A magistrada ressaltou, no entanto, que a comissão não exerce função jurisdicional, a qual permanece sob responsabilidade do juízo da ação de reintegração de posse.

O desembargador federal Flávio

Lucas endossou as palavras da juíza, ressaltando que a comissão se empenhará para garantir que o diálogo entre as partes flua rapidamente, tendo em vista o interesse social que envolve o caso. O presidente da CSF destacou ainda sua expectativa de que o INSS, justamente por ser um órgão cuja finalidade tem grande relevância social, assumirá esse compromisso com a celeridade nas negociações: “Vejo uma realidade de famílias e, sobretudo, de famílias lideradas por mulheres, muitas das quais mães solo, que anseiam pela solução em uma área extremamente sensível, que é a da moradia, da segurança para suas crianças. Tenho certeza de que o INSS terá isso em conta e atuará com muita sensibilidade em dire-

ção ao consenso”, pontuou.

Após a reunião, a comitiva de autoridades foi conduzida em uma visita às moradias organizadas pela ocupação. Os visitantes conheceram, na oportunidade, algumas das unidades de um ou dois quartos, cozinha e banheiro distribuídas entre as famílias. Também conheceram, no local da antiga garagem do edifício, o espaço agora convertido para atividades e encontros culturais do Muca.

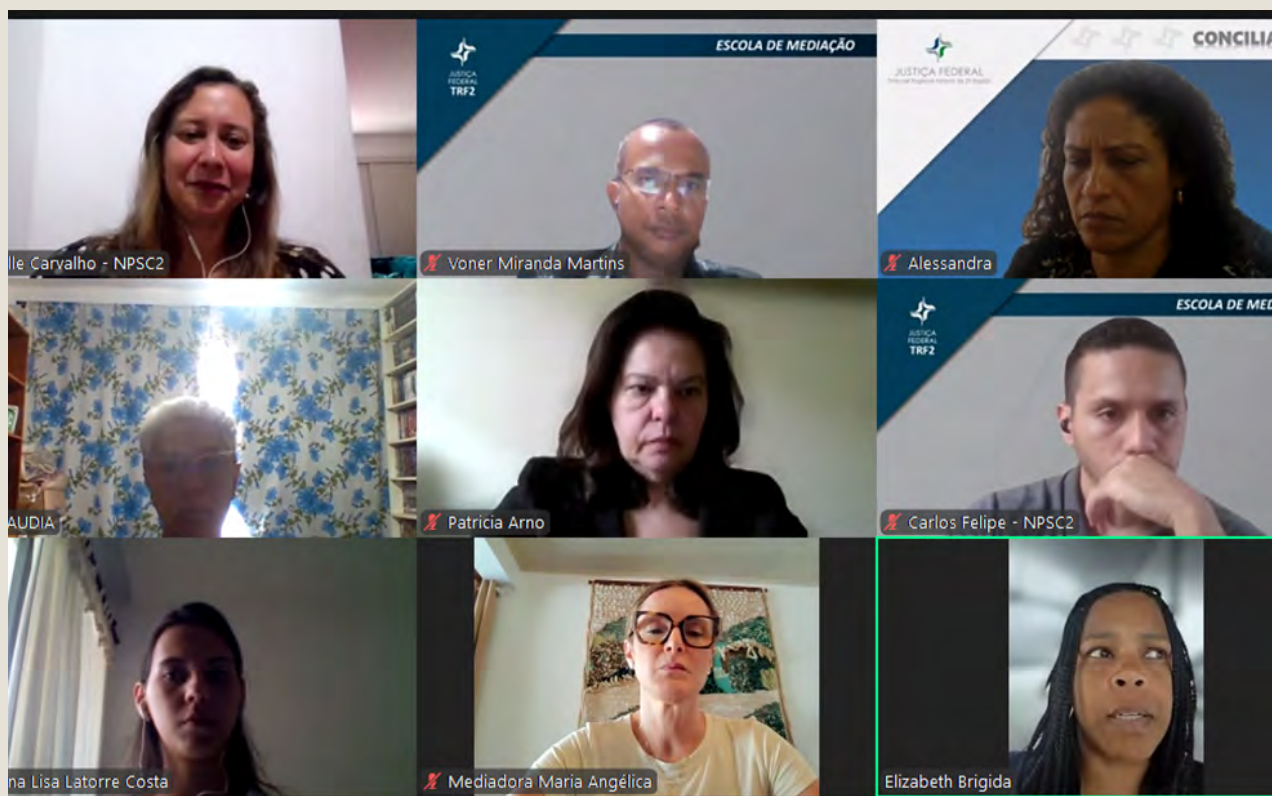
O andamento e os atos processuais do incidente de solução fundiária referente à Ocupação Gilberto Domingos estão disponíveis no sistema e-Proc do TRF2. O número dos autos é 5011304-73.2024.4.02.0000/RJ.



A conversa com os moradores foi iniciada com a exposição da juíza federal Mônica Lúcia do Nascimento Alcântara Botelho, relatora do incidente- Foto: André Camodego



## NPSC2 conclui parte teórica do Curso de Convalidação para Conciliadores e Mediadores Judiciais



Conclusão da parte teórica do Curso de Convalidação para Conciliadores e Mediadores Judiciais

Foto: Fernando dos Santos

A Escola de Mediação do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (NPSC2) concluiu, na quinta-feira (9/10), a parte teórica do Curso de Convalidação para Conciliadores e Mediadores Judiciais. Destinado a pessoas já certificadas por instituições reconhecidas pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam), a capacitação teve objetivo de atualizar esses profissionais que são essenciais para a realização das audiências de conciliação e de mediação. A parte teórica do curso aconte-

ceu nos dias 7, 8 e 9 de outubro, com carga total de seis horas-aula. O conteúdo programático contou com aulas ao vivo transmitidas pelo aplicativo Zoom sobre “Competência da Justiça Federal”, ministrada pela juíza federal Karina de Oliveira e Silva Santiago; sobre “Conciliação e Mediação na Justiça Federal”, conduzida pela juíza federal Cristiane Conde Chmatalik; e sobre “Audiência de Conciliação e Mediação na Justiça Federal”, com a diretora da Divisão de Solução de Conflitos (Dicon) do NPSC2 Danielle Carvalho.

### Sobre o curso

O curso continua com a parte prática, que consiste em realização de estágio supervisionado de no mínimo de 20 horas com participação em audiências nos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejuscs) ou no Centro de Conciliação 100% Digital. Ao término do programa, os conciliadores e mediadores serão convalidados para atuação específica na Justiça Federal, e estarão aptos a empregar os métodos consensuais de solução de conflitos durante a condução das audiências de conciliação e de mediação.

## TRF2 capacita servidores em novos procedimentos para precatórios e requisições de pequeno valor



Capacitação teve o objetivo de instruir a respeito das metodologias atualizadas de emissão de ofícios requisitórios de pagamento com base nas recentes atualizações legislativas- Foto: Fernando dos Santos

A Divisão de Precatórios (Dipre) do Tribunal Regional da 2ª Região (TRF2) ministrou, nos dias 7 e 9/10, o curso “Novos procedimentos para elaboração de ofícios, requisitórios, registros de alterações e processamento de precatórios” para servidores que atuam no Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (NPSC2) e nos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejuscs). A capacitação, conduzida pelo servidor João Paulo Santos de Souza, teve o objetivo de instruir a respeito das metodologias atualizadas de emissão de ofícios requisitórios de pagamento com base nas alterações das resoluções do Conselho da Justiça Federal (CJF) nº 822/2023 e do Conse-

lho Nacional de Justiça (CNJ) nº 303/2019.

A parte teórica ofereceu uma visão ampla sobre o processamento de precatórios e de Requisições de Pequeno Valor (RPVs), partindo dos fundamentos constitucionais, de onde são extraídas regras importantes, como o estabelecimento da estrita ordem cronológica de pagamentos e da proibição de privilégios. Também foram detalhadas as modalidades de RPVs e as regras para atualização monetária e juros, que passaram por recente atualização promovida pela Emenda Constitucional nº 136. Além disso, os participantes receberam instruções sobre diversos temas relacionados, incluindo expedição do ofício requisitório, tratamento de

honorários advocatícios, funcionamento da cessão de créditos e contribuição para o Plano de Seguridade Social (PSS) no momento do saque.

O curso também abordou os procedimentos específicos do Tribunal destacando, entre outros pontos, o uso exclusivo do sistema e-Proc para expedição, as regras de conteúdo e formato das requisições e os fluxos para incidentes posteriores à expedição, depósito, levantamento e devolução de valores, conforme as Resoluções TRF2-RSP-2018/00038 e TRF2-RSP-2024/00082. Na parte prática, os participantes realizaram a montagem completa do ofício requisitório a partir de casos-modelo.



## QUEM SOMOS

O Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos da 2ª Região (NPSC2) é responsável, no Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2), pelo planejamento e estruturação da política de solução de conflitos nas demandas entre cidadãos e entes públicos. O órgão tem a função primordial de promover a cultura da paz social, oferecendo e incentivando o uso de meios consensuais para a solução de disputas. Em con-

sonância com os parâmetros da Resolução CNJ nº 125/2010, o NPSC2 atua por meio de seus órgãos de execução, que são os Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejusc) e o Centro de Conciliação 100% Digital (C100%). O Núcleo é coordenado pelo desembargador federal Luiz Antônio Soares e auxiliado pelas juízas federais Cristiane Conde Chmatalik e Karina de Oliveira e Silva Santiago.



Acompanhe as atualizações diárias do Painel da Conciliação pelo site do NPSC2- <https://www10.trf2.jus.br/npsc2/>  
(Foto: NPSC2)

## EXPEDIENTE

### Produção do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos da 2ª Região (NPSC2)

Desembargador Federal Diretor-Geral  
Luiz Antônio Soares  
Desembargador Federal Vice-Diretor-Geral  
André Fontes  
Juíza Federal Convocada em Auxílio  
Cristiane Conde Chmatalik  
Juíza Federal Convocada em Auxílio  
Karina de Oliveira e Silva Santiago  
Diretora de Solução de Conflitos  
Danielle Cruz Freire de Carvalho

Alessandra Amorim Soares  
Alina Damacena de Amorim

Aline Silva Cunha  
Andrea Cesário Albuquerque  
Carlos Felipe Borges da Silva  
Fernando dos Santos  
Jorge Crispiniano Vieira da Silva  
Jorge Henrique Alves Barros  
Lucas de Sequeira Batista Levenhagen  
Raphael Ribeiro da Cunha Asta  
Raphaella Lisboa Soares de Bastos  
Voner Miranda Martins  
Christian dos Santos Tucci - estagiário  
Gabriella Motta Gonzales Seba - estagiária  
Jéssica Melgaço Santana - estagiária



JUSTIÇA FEDERAL  
Tribunal Regional Federal da 2ª Região